

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do Banco do Estado do Pará - CAFBEP, fundada em 17/06/1974, é uma entidade fechada de previdência complementar e tem por objetivo principal instituir e executar planos de benefícios de natureza previdenciária aos empregados dos patrocinadores - Banco do Estado do Pará S.A. - BANPARÁ e da própria Entidade.

A CAFBEP não distribui lucro ou participações em seus investimentos. A escrituração contábil está revestida das formalidades legais, sendo registrada em livros obrigatórios capazes de assegurar a sua exatidão.

É regida pelas Leis Complementares 108 e 109, ambas de 29/05/2001, obedecendo a normas baixadas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, Superintendência Nacional de Previdência Complementar-PREVIC e pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, através do Banco Central do Brasil.

Os recursos de que a Entidade dispõe para funcionamento são oriundos de contribuições de seus patrocinadores, participantes e assistidos, bem como de rendimentos resultantes das aplicações desses recursos, obedecidas às regras fixadas pelo **CMN, através da Resolução nº3. 792**, de 24 de setembro de 2009.

Possui dois **Planos de Benefícios Previdenciários**, um na modalidade **Contribuição Definida**, denominado de **Prevrenda**, implantado em dezembro de 2002 e outro na modalidade de **Benefício Definido**, denominado **Plano Básico**. Este plano encontra-se em extinção a partir da implantação do Prevrenda.

Um **Plano de Assistência à Saúde** de autogestão, patrocinado pelo Banco do Estado do Pará S.A. - BANPARÁ e pela própria Entidade, tendo como órgão fiscalizador a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Em 2010, em conformidade com o item 27, do Anexo "C", da Resolução do CGPC 28, de 26 de janeiro de 2009, o Conselho Deliberativo aprovou o Regulamento do **Plano de Gestão Administrativa- PGA**.

Os Planos de Benefícios possuem independência patrimonial bem como identidade própria quanto aos aspectos regulamentares, cadastrais, atuariais, contábeis e de investimentos.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Escrituração Contábil

As principais práticas contábeis adotadas pela CAFBEP estão em conformidade com a Resolução CGPC 28, de 26 de janeiro de 2009 e Instrução Normativa da SPC/MPS nº 34, de 24 de setembro de 2009.

A sistemática contábil apresenta como característica principal a contabilização por Planos de Benefícios, segregando os registros contábeis de cada um dos Planos em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos que é comum às Gestões Previdenciais e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações. A contabilização e os relatórios contábeis da Gestão Assistencial seguem as normas contábeis determinadas pela Agência Nacional de Saúde - ANS, sendo apresentados para fins destas demonstrações contábeis somente os valores patrimoniais consolidados da Gestão Assistencial (Ativo e Passivo) e a movimentação que demonstra a variação da Gestão Assistencial consolidada.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

2.2 Apuração do Resultado

As receitas e despesas são registradas segundo o princípio da competência.

Na apuração dos resultados são computadas as Adições, as Receitas, as Rendas/Variações Positivas e as Deduções, as Despesas e as Variações Negativas relativas ao mês, independente de sua efetiva realização.

2.3 Avaliação dos Itens Patrimoniais

2.3.1 Disponibilidades

Registra os valores em caixa e bancos, contas correntes e vinculadas às carteiras de investimentos, correspondentes aos planos de benefícios previdenciários e Plano de Gestão Administrativa.

A Entidade possui apenas uma conta corrente no BANPARÁ e a transferência de recursos entre os planos é apurada através de controles extra contábeis, cujos resultados são registrados contabilmente em cada plano.

A conta vinculada registra a movimentação da tesouraria das carteiras de investimentos dos planos previdenciais, custodiadas no Banco Itaú. Em dezembro/2010, o Demonstrativo de Caixa e o Relatório de Posição da Carteira apresentaram divergência no saldo em tesouraria das duas carteiras, situação corrigida em 2011.

A conta corrente do plano Básico, apurada gerencialmente, apresentou saldo credor em dezembro/2010, sendo transferido, contabilmente, R\$50 mil da conta vinculada, para cobertura dessa insuficiência.

Ao final dos exercícios apresentava os seguintes saldos:

	R\$ Mil	
DISPONÍVEL	2010	2009
IMEDIATO		
BANPARÁ	208	25
VINCULADO		
ITAÚ	22	6

2.3.2 Ativo Realizável

a Gestão Previdencial

Registra os recursos a receber de cada um dos planos de benefícios, sendo que as contribuições não recebidas nos vencimentos em conformidade com os planos de custeio são registradas como contribuições normais em atraso.

Registra ainda, depósitos judiciais de processos extintos, em fase de levantamento.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

a.1 Composição Consolidada das Contribuições em Atraso

		R\$ Mil	
PATROCINADORES	Sigla do Plano de Benefícios	2010	2009
BANPARÁ Participante	PLANO BÁSICO	<u>193</u> 193	<u>162</u> 162
BANPARÁ Participantes Ativos/Licença benefício	PREV-RENDA	<u>1</u> 1	<u>1</u> 1
TOTAL DAS CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO		194	163

Os valores relativos ao Plano Básico referem-se a contribuições de assistidos, suspensas por força de determinação judicial, em processos que tramitam na justiça trabalhista. No Exercício de 2010 a inclusão de dois novos processos provocou o aumento do saldo. As contribuições relativas aos processos estão contabilizadas no passivo contingencial.

Os valores relativos ao Plano Prevrenda referem-se a contribuições de participantes que se encontram em gozo de licença benefício, as quais são liquidadas no mês subsequente.

c Gestão Administrativa

Registra as despesas pagas antecipadamente a empregados e prestadores de serviço, bem como as provisões constituídas em obediência ao princípio da competência.

e Investimentos

Registra os recursos aplicados. O Plano Anual de Investimentos da Entidade é elaborado pelo Comitê de Gestão Financeira e aprovado pela Diretoria Executiva da CAFBEP e pelo Conselho Deliberativo.

O Comitê de Gestão Financeira é órgão estatutariamente subordinado à Diretoria Executiva, e composto pelo Diretor financeiro da CAFBEP (coordenador do comitê), pelo Superintendente Financeiro e pelo Superintendente da área de Risco do Patrocinador BANPARA.

e.1 Títulos Públicos

Demonstradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As variações da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à aplicação.

CLASSIFICAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

					R\$ Mil
Descrição	Para Negociação	Até o Vencimento	Total	Faixa de Vencimento	
Títulos Públicos Federais	24.254	-0-	24.254	2011 a 2017	
Títulos públicos Privados	15.127	-0-	15.127	2011 a 2017	
Títulos Públicos Federais NTN-B	-0-	5.286	5.286	2013	
Operações Compromissadas com Títulos Públicos Federais	4.003	-0-	4.003	-0-	
Total	43.384	5.286	48.670	2010 a 2017	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

Valores obtidos pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos com base na curva do papel para os títulos levados até vencimento e por valor de mercado para os títulos para negociação futura.

As NTN–B Notas do Tesouro Nacional Série B compõem uma carteira administrada pela Entidade, exclusiva do plano BD.

e.2 Renda variável

Nesse segmento a CAFBEP possui ações do patrocinador BANPARA.

O valor em 31 de dezembro de 2010 foi apurado tendo por base a quantidade de 768 ações e o valor de R\$40,16 por unidade de ações correspondente a última negociação na BOVESPA, conforme informado pelo BANPARÁ.

AÇÕES BANPARÁ	2010	2009
BANPARÁ	31	17
Totais	31	17

e.3 Fundos de Investimentos

Os investimentos nessa modalidade estão compostos por: cotas de Fundos de Ações, cotas de fundos de renda fixa e um fundo exclusivo Multimercado administrado e gerido pela BB DTVM e custodiado no BANCO ITAÚ S.A, composto por títulos públicos federais, títulos privados e cotas de fundos abertos de instituições financeiras.

São registrados contabilmente pelo valor da cota na data do balanço.

Apresentamos abaixo os saldos consolidados (incluindo as cotas do assistencial), no final dos dois últimos exercícios:

Descrição	R\$ Mil	
	2010	2009
FUNDOS DE AÇÕES	4.588	4.428
MERCATTO GERAÇÃO FUTURO	2.716	2.550
ITAÚ INSTITUCIONAL PORTIFÓLIO FIA	1.872	1.878
FUNDOS MULTIMERCADO	48.899	43.094
CAFBEP PREV FUNDO DE INVESTIM. MULTIMERCADO	48.899	43.094
OUTROS	476	0
ITAÚ INSTITUCIONAL INFLAÇÃO RENDA FIXA	476	0
Total	53.963	47.522

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

e.4 Investimentos imobiliários:

Demonstrado pelo valor da avaliação, menos depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil do bem, sendo adotado para o imóvel de uso próprio a taxa de 2,50% a.a. e o imóvel locado a terceiros a taxa anual de 3,33% a.a. O imóvel não constitui em separação, seja documental ou contábil, mas apenas física e funcional do bem, isto é, o imóvel 01 frente Av. Conselheiro Furtado e imóvel,02 frente Rua Arcipreste Manoel Teodoro. Para o cálculo dessa avaliação foram adotadas as medidas em sua totalidade de 1.403,03 m², os quais computados sobre o valor de mercado, sendo que para imóvel por metro quadrado (01) 952,20 m² e imóvel (02) 450,84 m² ambos no valor de R\$900,52, totalizando R\$1.263 mil. O resultado total da reavaliação é de R\$694 mil não segregado.

Em 2010 foi efetuada a reavaliação dos imóveis da Entidade pelo perito André Montenegro Duarte, CREA PA 6164-D, de acordo com os critérios estabelecidos pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social, em conformidade com o previsto na INS MPS/SPC N° 34/2009. O imóvel que faz frente à Av. Conselheiro Furtado n° 577, encontra-se alugado à Procuradoria Geral do Estado e o da Arcipreste alugado a própria entidade.

Considerando o valor R\$1.038, mil da reavaliação de 2007 em comparação com o resultado da reavaliação de 2010 de R\$1.263, mil, apurou-se uma valorização na ordem de 21,72%, correspondente a R\$226 mil.

Arubrica de Imóveis apresentou a seguinte composição ao final dos exercícios de 2009 e 2010:

	R\$ Mil	
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	2010	2009
Edificações Para Uso Próprio	569	691
Resultado da Reavaliação	694	347
(-) Depreciação Acumulada	-1	-85
Locação Prédio	40	17
Valor Atualizado	1302	970

e.5 Operações com participantes

São demonstradas pelo valor do principal mais encargos, calculados e apropriados às contas de resultado pelo regime de competência.

A carteira de empréstimos da CAFBEP está composta de empréstimo Simples e Saúde. Entretanto, atualmente apenas a modalidade Simples é oferecida.

Em conformidade com o Regulamento de Empréstimos aprovado em 25/05/2010 pelo Conselho Deliberativo, em todas as concessões é descontada a taxa de administração de 2%, incidente sobre o valor do empréstimo, a qual é contabilizada como Receita Administrativa do Plano de Benefícios correspondente ao empréstimo concedido.

As operações com participantes referem-se a empréstimos amortizáveis em períodos de até 60 meses com juros entre 1,5% e 1,9% ao mês e atualização monetária com base no INPC ou Taxa Referencial – TR, quando aplicáveis.

Atendendo ao disposto no item 11, II Procedimentos Operacionais, anexo “A”, da Resolução da Instrução SPC n°34/2009, foi constituída provisão para Direitos Creditórios de Liquidação Duvidosa para perdas prováveis na realização dos ativos, tendo por base de cálculo o saldo vencido e vincendo e o número de dias em atraso, conforme discriminado abaixo:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e,
- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

Em 2010 receita acumulada das operações da carteira de empréstimos foi de R\$966 mil, R\$82 mil a mais que em 2009 (R\$884 mil). Os Créditos de Liquidação Duvidosa que em 2009 eram de R\$479 mil foram reduzidos para R\$152 mil, o que representa R\$ 327 mil recuperados, num percentual de 68,27% positivos. O processo de recuperação de crédito na CAFBEP envolve desde cobrança em carteira até ajuizamentos na justiça cível, gerando um provisionamento no polo ativo (recuperação de créditos provenientes de empréstimos) provisionado conforme classificação da área jurídica.

e.6 Demonstrativo da Composição Consolidada da Carteira de Investimentos

	R\$ Mil	
	2010	2009
Mercado Financeiro	<u>54.810</u>	<u>48.152</u>
Títulos Federais	33.544	30.107
Títulos privados (CDB'S e debêntures)	15.127	6.847
Quotas de fundos de renda fixa	6.134	11.205
Quotas de aplic. em quotas de fundos de renda fixa	0	0
Tesouraria	21	0
(-)Despesas Financeiras(CETIP,DI,Custodia,DNP e Taxa Risco Mercado)	-16	-7
Mercado de ações	<u>4.619</u>	<u>4.446</u>
Mercado de ações à vista	31	17
Quotas de fundos de ações	4.588	4.428
Mercado Imobiliário	<u>1.302</u>	<u>970</u>
Edificações	1.302	970
Terrenos	0	0
Operações com participantes	<u>4.116</u>	<u>3.703</u>
Empréstimos	4.116	3.702
Financiamentos	0	0
TOTAL	<u>64.847</u>	<u>57.271</u>

No item tesouraria do demonstrativo do quadro acima o saldo real da carteira de acordo com extrato é de R\$95 mil, apresentado uma diferença R\$74 mil, ocasionado pelo reprocessamento do relatório.

Os investimentos do plano assistencial estão registrados contabilmente no grupo Gestão Assistencial, não compondo os saldos contábeis da rubrica de Investimentos. Os saldos relativos ao Plano Assistencial em 31/12/2010 estão discriminados no demonstrativo abaixo:

	R\$ Mil	
	2010	2009
Mercado Financeiro	<u>5.585</u>	<u>4.596</u>
CAFBEP Prev Fundo de Investim. Multimercado	5.437	4.478
Caixa Saúde FI ANS	148	118

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

2.3.3 Ativo Permanente

O ativo permanente em 31 de dezembro de 2010, apresentava saldo de R\$72 mil no Imobilizado e R\$25 mil no Diferido.

O controle dos bens do Ativo Permanente e efetuado através de Sistema Informatizado.

Os valores apresentados no ativo são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação e da amortização acumulada, calculadas em conformidade com os critérios definidos na Instrução SPC N° 34/2009, sendo o cálculo da depreciação pelo método linear.

A seguir a composição do Ativo Permanente, com as taxas de depreciação praticadas:

R\$ Mil			
	Taxa de depreciação /amortização (*)	2010	2009
IMOBILIZADO			
Móveis e utensílios	10%	40	39
Maquinas e equipamentos	10%	6	6
Computadores e periféricos	20%	133	117
Refrigeradores	25%	31	28
Sistema Comunic.(Exc. uso)	10%	18	18
Aparelho som Projecção	15%	3	2
(-)Depreciação		-159	-135
Subtotal		72	75
DIFERIDO			
Software		115	114
(-) Amortização	20%	90	79
Subtotal		25	35
Total		97	110

2.3.4 Gestão Assistencial

Registra somente valores patrimoniais consolidados da Gestão Assistencial apurados em balancete executado de conformidade com Resolução Normativa n° 207, de 22/12/2009 e Instrução Normativa ANS n° 36, de 22/12/2009.

2.3.5 Exigível Operacional

Registra, por tipo de gestão, as obrigações com: participantes, empregados e prestadores de serviços, as obrigações tributárias registradas em obediência ao princípio da competência e exigibilidades relacionadas com o disponível.

2.3.6 Exigível Contingencial

a. Detalhamento das Provisões Contingenciais

a.1 Reclamações judiciais:

Registra as provisões decorrentes da probabilidade de êxito nos processos movidos contra os planos de benefícios, classificados pela área jurídica da CAFBEP em conformidade com o Patrocinador BANPARA, haja vista que ambos são litisconsortes. Os valores das causas são atualizados pela Taxa Referencial aplicada sobre o valor da causa.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

Em 2010 houve inclusão de novos processos contra o Plano Básico provocando o aumento dessa provisão.

Houve, ainda, a inclusão de uma ação trabalhista, nº 0493/2010 de natureza Administrativa.

Demonstrativo de classificação de êxito das Ações Judiciais (Ré).

1- Provável - Não provisionar

2-Possível- Provisionar 50%

3-Remota-: Provisionar 100%

Demonstrativo da Composição das Contingências

	R\$ Mil	
	2010	2009
Plano Básico		
Isenção de Contribuição	400	246
Contribuição em Litígio	116	116
(-) Depósitos Judiciais	-86	-74
(-) Depósito Penhora	0	-22
Revisão de Suplementação	0	0
Subtotal I	430	266
Plano Prevrenda		
Abonos	67	20
(-) Depósitos Judiciais	-8	-10
Imposto de Renda	0	0
Empréstimo Ajuizado	0	58
Subtotal II	59	68
Plano Assistencial		
Redução de Mensalidade	0	4
Imposto de Renda	0	0
Subtotal III	0	4
Gestão Administrativa		
Reclamação Trabalhista	75	0
Subtotal IV	75	0
Total (I+II+III)	564	338

2.3.5 Exigível Atuarial

As provisões matemáticas do Plano Básico, bem como as parcelas correspondentes a benefício de risco do Prev-Renda, são determinadas anualmente pela empresa de consultoria atuarial Towers Watson Assessoria Empresarial LTDA, devidamente registrada no Instituto Brasileiro de Atuária - IBA, de acordo com critérios técnicos atuariais universalmente aceitos, que objetivam mensurar os compromissos líquidos da Entidade com relação aos benefícios concedidos, a conceder e as provisões a constituir.

As demais provisões matemáticas relativas ao Prev-Renda são resultantes da atualização dos Fundos Individual e Patrocinado pela variação patrimonial do segundo mês anterior àquele a que se refere, conforme previsto no artigo 47 do regulamento do plano e uma parcela destinada à cobertura de benefícios de risco (pecúlio e invalidez), calculada atuarialmente.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

a DETALHAMENTO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

a.1 Benefícios concedidos

Valor presente dos benefícios futuros, líquidos das futuras contribuições, a ser pagos aos participantes em gozo de benefícios de prestação continuada (Suplementação de Aposentadoria).

a.2 Benefícios a conceder

Valor presente dos benefícios futuros, ainda não concedidos, líquidos das contribuições futuras.

a.3 Provisões Matemáticas a Constituir

Valor correspondente a Compromisso Especial Passado custeado integralmente pelo Patrocinador BANPARÁ, e, ainda, o Equacionamento de Déficit Técnico, dividido entre patrocinador e participantes na proporção das contribuições normais, exclusivamente para o Plano de Benefício Definido.

Demonstrativo da Composição Consolidada do Passivo Atuarial

R\$ Mil

Rubrica	Descrição	Plano Básico		Prev-Renda		Consolidado	
		2010	2009	2010	2009	2010	2009
2311.01	Benefícios Concedidos	6.887	6.142	18.588	18.120	25.475	24.262
2311.01.01	Contribuição Definida	0	0	18.588	18.120	18.588	18.120
2311.01.02.01/02	Benefícios Definido	8.396	7.213	0	0	8.396	7.213
	(-) Contribuições Futuras	(1.509)	(1.071)	-	-	(1.509)	(1.071)
231102	Benefícios a Conceder			31.159	26.030	31.159	26.030
23110201	Contribuição Definida	0	0	30.943	25.817	30.943	26.061
23110203	Benefício Definido Regime Capitalização			216	213	216	0
2311.020301	Valor Atual Benefícios Fut. Não programad	0	0	246	244	246	244
2311020302	(-) Valor Atual das Contrib. Futuras Patroc.			(15)	(15)	(15)	(15)
2311020302	(-) Valor Atual das Contrib. Futuras Partic.	0	0	(15)	(15)	(15)	(15)
231103	(-) Provisões Matem. a Constituir	(1.517)	(1.762)	0	0	(1.517)	(1.762)
23110301	(-) Serviço Passado	(8)	(170)	0	0	(8)	(170)
23110302	(-) Déficit Equacionado	(1.509)	(1.592)	0	0	(1.509)	(1.592)
TOTAL DO EXIGÍVEL ATUARIAL		5.370	4.380	49.747	44.150	55.117	48.530

b EQUILÍBRIO TÉCNICO

Registra os resultados acumulados do plano Básico: das contribuições atuais e futuras e dos compromissos futuros desse plano. O resultado anual é incorporado às Provisões Matemáticas, através da Avaliação Atuarial.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

c FUNDOS

c.1 Fundo Previdencial

Constituído com base em critérios atuariais para a cobertura de benefícios do Plano de Contribuição Definida Prevrenda e contribuições aportadas mensalmente pelos Patrocinadores e Participantes, em conformidade com o artigo 44, inciso V, do Regulamento do PREV-RENTA, atualizado pela variação patrimonial do segundo mês anterior àquele a que se refere, conforme previsto no artigo 49 do regulamento do plano.

c.2 Fundo administrativo

Constituído com o resultado positivo do Plano de Gestão Administrativa. De conformidade com o item 6, do Anexo "A" da INS MPS/SPC Nº 34/2009, o Fundo Administrativo é registrado nos balancetes de cada plano de benefícios, na proporção de sua participação, sendo essas rubricas excluídas da consolidação dos balancetes dos planos, evitando, assim, duplicidade de informação.

c.3 Fundo de Investimentos

Constituído até o ano de 2003 com o valor correspondente a 0,5% (meio por cento) dos empréstimos concedidos a participantes, poderá ser utilizado para cobertura de eventuais inadimplências conforme previsto em regulamentos dos empréstimos.

2.4 TRANSFERÊNCIAS ENTRE GESTÕES

As transferências de recursos entre as gestões, relativas à cobertura de despesas administrativas, contribuições previdenciárias e assistenciais e resultado de investimentos, são registradas contabilmente através do disponível.

2.5 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas são registradas no Plano de Gestão Administrativa, segregadas em comuns e específicas, por tipo de gestão: Previdencial, de Investimentos e Assistencial. As despesas comuns são rateadas entre os planos de benefícios de acordo com os seguintes critérios:

- Segregação entre as naturezas previdencial e assistencial: Adotado o parâmetro de rateio por Patrimônio Social;
- Segregação entre os planos Básico e Prevrenda: Adotado o parâmetro de rateio por massa abrangida.

3 PLANO ASSISTENCIAL

Plano de Assistência a Saúde administrado pela CAFBEP está registrado no órgão fiscalizador ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, como plano de Autogestão sem fins lucrativos. Esse plano encontra-se em fase de extinção desde julho de 2010, quando foi iniciado o processo de migração dos associados para empresa particular UNIMED, sendo que o cancelamento do registro junto à ANS será requerido quando não houver mais nenhum associado vinculado ao plano.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

3.1 Resumo das Principais Práticas Contábeis

3.1.1 Escrituração Contábil

As principais práticas contábeis estão em conformidade com a Resolução Normativa nº 207, de 22/12/2009 e Instrução Normativa ANS nº 36, de 22/12/2009. O Plano de Contas classifica as contas em classes: contas de Ativo, contas de Passivo e contas de resultado.

A contabilização é efetuada em sistema próprio de acordo com as normas da ANS-Agência Nacional de Saúde.

3.1.2 Apuração do Resultado

As receitas e despesas são registradas segundo o princípio da competência. Na apuração dos resultados são computadas as Receitas e as Despesas relativas ao mês, independente de sua efetiva realização. A destinação das sobras dos recursos é utilizada para constituição de fundos e/ou a sua reversão.

3.1.3 Avaliação dos Itens Patrimoniais

Os direitos e recursos a receber do Plano de Assistência à Saúde – PAS são compostos por: saldos em caixa e em conta corrente, apurados através de controles extra contábeis e extrato; aplicações financeiras vinculadas e não vinculadas; coparticipação de beneficiários nas despesas médicas; e, outros direitos.

a Disponibilidades

A CAFBEP possui uma única conta corrente no BANPARÁ. Por esse motivo, a contabilização da disponibilidade do Plano Assistencial é feita no caixa, visando transparência contábil.

b Aplicações

O Plano assistencial possui aplicações vinculadas e não vinculadas à PEONA (Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados), conforme quadro abaixo:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Vinculadas	148	118
FI Saúde Suplementar -CEF	148	118
Não Vinculadas	5.437	4.478
Quotas do CAFBEP Prev Fundo de Investim. Multimercado	5.437	4.478
TOTAL	5.585	4.596

c Exigível Operacional.

A composição dessa rubrica compreende a provisão de PEONA-Provisões Eventos Ocorridos não Avisados, obrigações com associados e terceiros e provisões contingenciais, conforme RN nº 160, 03 julho 2007.

d Fundo Assistencial

Constituído com o resultado positivo do plano, tem como finalidade a cobertura de eventuais insuficiências.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

4 CUSTEIO ADMINISTRATIVO

As despesas administrativas são custeadas de acordo com as fontes previstas no regulamento do PGA, dentre elas a sobrecarga administrativa calculada pelo atuário externo, incidente sobre as receitas Previdenciais. A sobrecarga definida no plano de custeio para o exercício de 2010 foi de 15% e 16,40% para os planos Prevrenda e Básico, respectivamente.

As despesas administrativas da Gestão Assistencial e de Investimentos são apuradas contábil e extracontabilmente e reembolsadas ao Plano de Gestão Administrativa-PGA.

5 DETALHAMENTO DOS SALDOS DAS CONTAS OUTROS PREVIC

Registra as despesas pagas antecipadamente a participantes; prestadores de serviços e, ainda, bem como as provisões constituídas em obediência ao princípio da competência.

As rubricas denominadas OUTROS, de acordo com o plano de contas padrão instituído através da INS MPS/SPC N° 34/2009, estão assim compostas:

	R\$ Mil
1.2.1.19 Outros Realizáveis	28
Reembolso de benefícios revertidos de processo de recuperação de depósitos judiciais	28
1.2.2.9. Outros Realizáveis	82
Pendências em Apuração Judicial	42
Adiantamento Convênio INSS	-14
Valores Diversos a Recuperar	14
IPTU	12
Encargos convenio INSS	20
Empréstimo Férias	8
2.1.1.9 Outras Exigibilidades	587
Reservas de Poupança a Pagar	248
Fundos de Cotas a Pagar	327
Valores Diversos a Ressarcir	12
2.1.2.9 Outras Exigibilidades	30
Credito Identificados a Regularizar	13
Valores Diversos a Pagar	8
Credito não identificados a Regularizar	6
ISS a recolher	3

6 PROVISÕES PARA PERDAS PROVÁVEIS DE BENS DO ATIVO

A Entidade efetuou no exercício de 2.000, provisão para perda do valor aplicado em CDB no Banco Brasileiro Comercial – BBC, liquidado extrajudicialmente em 1998, no percentual de 100% do valor nominal aplicado, R\$894 mil, considerando que o crédito da Entidade foi classificado como quirografário.

De 2003 a 2009, foi recuperado o total de R\$318 mil, sendo registrado contabilmente a crédito dos investimentos e reduzindo os valores provisionados. Em dezembro ocorreu o sexto rateio no valor de R\$ 108 mil, sendo procedidos os registros contábeis correspondentes. O total recuperado perfaz o percentual acumulado de 48% dos créditos habilitados.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

Demonstramos no quadro abaixo as recuperações ocorridas:

RECURSOS RECUPERADOS DO BANCO BBC

R\$ Mil		
PRINCIPAL	DATA	VALORES
1998		R\$ 894
Rateio 1º	06/08/2003	R\$ 90
Rateio 2º	10/12/2003	R\$ 69
Rateio 3º	31/03/2007	R\$ 53
Rateio 4º	02/01/2007	R\$ 53
Rateio 5º	26/03/2009	R\$ 53
Rateio 6º	28/12/2010	R\$ 108
TOTAL RECUPERADO		R\$ 426

7 RECUPERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Os investimentos da Entidade são decididos por um Comitê de Gestão Financeira, órgão estatutariamente subordinado à Diretoria executiva, que toma as decisões em consonância com os princípios da boa técnica de investimento, de diversificação e com estrita observância das normas regulamentares visando reduzir os riscos da carteira e garantir o retorno das aplicações.

Em 2006, quando da decretação da falência do Banco Santos, a CAFBEP possuía no portfólio do seu Fundo exclusivo, Fundo de Investimentos Financeiros FI-CAFBEP, CDB's do Banco Santos (R\$968 mil), além de cotas de fundos por ele administrados (R\$3.882 mil), que perderam seu valor de mercado.

Através da Deliberação CVM nº 482 de 09 de maio de 2005 foi nomeada a Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A como administradora e a BES Ativos Financeiros Ltda como gestora da carteira do Fundo Santos Credit Yield, que outrora era administrado pelo Banco Santos. Em Assembleia dos cotistas do Fundo Santos Credit Yield em 22 de junho de 2005, dentre outros assuntos, foi ratificada a nomeação das instituições acima citadas.

Para recuperação dos CDB's foi contratado através da ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, o escritório de advocacia Lobo Ibeas, para representar a CAFBEP e outros Fundos de Pensão, na falência do Banco Santos.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**

Em relação a esse fato, o FIF-CAFBEF realizou as seguintes operações:

R\$ Mil

DATA	OPERAÇÃO	CDB	CREDIT YIELD
19/11/2004	Provisão	(R\$ 616)	0
22/11/2004	Provisão	0	(R\$ 1.941)
23/11/2004	Provisão	(R\$ 352)	0
31/03/2005	Recuperação	R\$ 20	0
16/06/2005	Provisão	0	(R\$ 1.941)
22/08/2005	Recuperação	0	117
13/03/2005	Recuperação	0	171
24/10/2006	Recuperação	0	48
31/03/2005	Recuperação	0	45
14/03/2007	Recuperação	0	60
13/03/2007	Recuperação	0	232
24/10/2007	Recuperação	0	82
28/01/2008	Recuperação	0	69
16/06/2008	Recuperação	0	54
10/10/2008	Recuperação	0	47
12/07/2010	Recuperação	0	98
15/12/2010	Recuperação	0	136
	SALDO	(948)	(2.723)

8 RESULTADO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

O resultado contábil de cada um dos planos de benefícios é apurado pela diferença entre as entradas e saídas ocorridas, considerando as Adições (receitas de contribuição e receitas financeiras) e as Deduções (despesas com benefícios e despesas administrativas). No caso dos planos de caráter previdenciários, são consideradas ainda, as Constituições Líquidas (atualização das obrigações para com os participantes).

O resultado apurado nas Demonstrações Contábeis de 2010 do plano Prev-renda foi integralmente utilizado para constituição do Fundo Coletivo de Oscilação Financeira, em cumprimento ao artigo 44, inciso VIII do regulamento do referido plano. No Plano Básico o resultado de R\$54mil foi incorporado às Provisões Matemáticas, enquanto o Resultado do Plano PAS, acumulado no exercício de R\$1.162 mil foi integrado ao Fundo do próprio Plano.

José Alves Tavares
Diretor Superintendente

Álvaro da Rocha Silva
Diretor
Administrativo/Financeiro

Genyce Pires de Amorim
Diretora de Seguridade

Núbia Cristina Silva Leite
Contadora CRC-PA nº013782P